

Viva o Vale

Concessionária SPE S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253O9-024-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	8
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	16

Apresentação

O ano de 2024 foi marcado por diversas ações de impacto nas operações, área comercial e estruturação de negócios da Concessionária VIVA O VALE.

Mantivemos a entrega da zeladoria das áreas concedidas, executando limpeza, manutenção, jardinagem e a segurança patrimonial. Tais ações reforçam o compromisso com a cidade de São Paulo e os seus cidadãos no intuito de contribuir para os esforços de revitalização do centro da capital paulista.

A segurança foi e continua sendo um tópico essencial para o sucesso da Concessão. Nossa ação ao longo de toda a área do Vale do Anhangabaú se reflete através do efetivo de segurança presente 24 horas, como também através do sistema de monitoramento de câmeras: ações coordenadas com órgãos públicos de segurança da cidade de São Paulo unidos com o mesmo interesse de entregar à população um espaço seguro e de qualidade.

Também, seguimos com a entrega das atividades de interesse coletivo de pequeno e grande porte, trazendo luz à importância da oferta cultural, educacional, esportiva e de lazer para este território da cidade. Os resultados demonstram o sucesso na captação e retenção de público, como ainda na transformação do Vale do Anhangabaú em um importante polo cultural da capital.

Também, 2024 foi um ano de destaque para os grandes eventos e festivais de música eletrônica brasileiros. O Anhangabaú foi por diversas vezes palco para grandes artistas e seus públicos, reafirmando sua identidade e natureza em acolher grandes eventos públicos e privados. Tal identidade torna-se importante para os investimentos e explorações comerciais da Concessão, fatores indissociáveis para o sucesso do negócio.

Como resultado destas ações, o Vale do Anhangabaú foi por dezenas de vezes citado em veículos de imprensa, seja pelos seus eventos, como também pelas ações urbanísticas entregues diariamente à população.

Outro avanço importante refere-se a abertura e exploração comercial de quiosques e lojas autoportantes. Neste ano, iniciamos um plano de abertura das instalações dos quiosques, oferecendo ao lojista interessado a oportunidade de explorar seja nas estruturas fixas dos quiosques como em espaços autoportantes.

Shows, eventos e atividades diárias

Em 2024, realizamos dezenas de eventos, os quais consolidam o Vale do Anhangabaú como um novo espaço de cultura e entretenimento para a cidade.

Em termos de ativação sociocultural gratuita, demos um salto de público em relação ao ano anterior, resultado de intensos trabalhos obtidos através das grandes parcerias com agentes do mercado tais como Casa de Criadores em suas edições 54 e 55, Deekaps e Undereffect, duas festas eletrônicas independentes e gratuitas, NBB Trio, em duas edições trazendo a final do campeonato de basquete e a Exposição Pescando Risos, a qual inaugurou a possibilidade desta ativação artística dentro da Galeria Prestes Maia.

Somadas às atividades diárias e às ações mais procuradas de nossa programação, o Samba Rock e o Baile Charme, o Vale do Anhangabaú demonstra a sua capacidade de receber os mais diversos públicos, contribuindo para a revitalização do centro da cidade através da ocupação e uso dos espaços.

Os eventos pagos também foram importantes pontos de contato de novas audiências com o Vale do Anhangabaú. Ao todo, realizamos 26 ativações no espaço, subdivididas em diversos produtos: filmagens, eventos fechados, abertos, locações de rua, eventos do Poder Concedente, corridas dentre outros.

O Vale do Anhangabaú tornou-se destino certo para o público da música eletrônica, sendo este o segmento de festa e festival com maior adesão. Grandes eventos globais aconteceram em 2024: Time Warp com aproximadamente 28.000 pessoas, Music On com mais de 8.000 pessoas, Mochakk com mais de 7.000 pessoas e Keine Music atingindo quase 15.000 pessoas.

A importância deste público para o Vale do Anhangabaú se reforça na cultura local gerada e ampliada; na transformação de um espaço urbano em um polo de música, cultura e festivais, como também na ativação da economia criativa dentro da área de concessão. A contribuição indireta é refletida pelas mais de 160.000 pessoas que passaram a ver o Vale do Anhangabaú como um local de ocupação e entretenimento.

Mais de **99 mil** pessoas impactadas com as mais de 4537 atividades **diárias e gratuitas**

Realização de **mais de 26** locações, **shows e eventos**

Público de mais de **160.000** pessoas

5 shows/ eventos com público superior a **7 mil** pessoas

Operação e Infraestrutura

Ao longo de 2024, a Concessionária Viva o Vale continuou seu trabalho na manutenção e garantia da entrega das operações e infraestrutura do Anhangabaú.

Abaixo listam as ações de maior impacto no ano de 2024:

1. Implementação de Sistema Antivandalismo nos Banheiros;

- Instalação torneiras, lixeiras embutidas, torneiras e válvulas antifurto;

- Estudos para redução no consumo de água.

2. Solicitação de Fechamento Noturno dos Banheiros:

- Fechamento proposto para mitigar furtos e uso inadequado;

3. Otimização no Funcionamento das Fontes:

- Ativação das fontes com maior frequência em dias de calor extremo;

4. Revisão do Projeto Totem para Embarque e Desembarque;

- Instalação de totens e implementação de comunicações e sinalizações pelo Vale, visando controle de tráfego;

5. Revisão e Implementação dos Supedâneos (Cabines de Vigilantes):

6. Estruturação do Manual de Eventos:

- Protocolado em todos os órgãos competentes as diretrizes de uso e ocupação do Vale para promotores de eventos.

Todas as ações acima elencadas reforçam o nosso compromisso na entrega e excelência dos processos dentro da Concessionária VIVA O VALE.

Comunidade

O ano de 2024 foi um ano de consolidação do trabalho social, desenvolvemos procedimentos e políticas pertinentes a área e realizamos treinamentos para os profissionais envolvidos nas demandas sociais.

Dentre os procedimentos desenvolvidos estão: Diretrizes de atuação do Serviço Social, Protocolo de Atendimento a Violência Autoprovocada e Instrumentais para formalização e acompanhamento dos atendimentos sociais.

Através do matriciamento de casos tivemos a oportunidade de estreitar nossa relação com a Secretaria de Direitos Humanos e equipamentos de proteção social, e, assim oportunizar o acesso aos serviços de acolhida e ao programa POT (Programa Operação e Trabalho) as pessoas em situação de rua atendidas pela equipe.

A implantação do Protocolo Não Se Cale com treinamentos, desenho do Procedimento Operacional e estruturação da sala de acolhimento também teve destaque, pois nos levou a formalizar nosso compromisso no combate ao assédio e importunação sexual assinando o Pacto Ninguém Se Cala, do Ministério Público de São Paulo.

Não podemos deixar de mencionar os trabalhos desenvolvidos com a equipe de Curadoria Cultural para realização de campanhas como PET NO VALE, Setembro Amarelo e campanhas de empoderamento feminino e resgate de auto estima com a empresa Fios de Ouro.

Composição da Administração

Última eleição com ato registrado na Junta Comercial de São Paulo prevê a seguinte composição:

Membros da Diretoria

Função

Renato Muscari Lobo

Diretor Presidente

Marcelo Santos Frazão

Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viva o Vale Concessionária SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Viva o Vale Concessionária SPE S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viva o Vale Concessionária SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que indica que as referidas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Sociedade. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade incorreu em prejuízo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 4.504 mil e apresenta patrimônio líquido negativo R\$ 11.607 mil e capital circulante líquido negativo em R\$ 7.905, esses resultados, juntamente com outros assuntos mencionados na citada nota explicativa, ainda indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	944	Fornecedores	9	6.158	6.166
Contas a receber	5	290	145	Obrigações trabalhistas e sociais	10	252	210
Adiantamentos fornecedores e outros	-	11	5	Obrigações fiscais e impostos parcelados	11	551	286
Créditos fiscais	6	1.099	1.355	Adiantamento de clientes	12	715	3.037
Outros ativos	-	134	96	Arrendamentos	13	21	78
				Outros passivos	14	1.742	307
Total do ativo circulante		1.534	2.545	Total do passivo circulante		9.439	10.084
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contratos de mútuos	7	1.605	-	Fornecedores	9	213	-
Imobilizado	8.a	486	593	Contratos de mútuos	7	9.613	9.813
Intangível	8.b	4.689	5.505	Arrendamentos	13	-	21
				Impostos parcelados	11	367	-
				Outros passivos	14	136	146
				Provisão para demandas judiciais	15	153	75
Total do ativo não circulante		6.780	6.098	Total do passivo não circulante		10.482	10.054
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.a	1.000	1.000
				Adiantamento futuro aumento de capital	16.b	14.876	10.484
				Prejuízos acumulados	-	[27.483]	[22.979]
				Total do patrimônio líquido		(11.607)	(11.495)
Total do ativo		8.314	8.643	Total do passivo e patrimônio líquido		8.314	8.643

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações do resultado

referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita líquida	17	11.161	6.946
Custos operacionais	18	(12.389)	(15.501)
Resultado bruto		(1.228)	(8.555)
(Despesas)/receitas operacionais			
Administrativas	19	(1.216)	(1.326)
Comerciais	20	(1.650)	(1.562)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas		(435)	(285)
Total		(3.301)	(3.173)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(4.529)	(11.728)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	-	209	7
Despesas financeiras	-	(184)	(438)
Total do resultado financeiro		25	(431)
Prejuízo do exercício		(4.504)	(12.159)

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(4.504)	(12.159)
Total do resultado abrangente do exercício	(4.504)	(12.159)
Resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	(4.504)	(12.159)

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	6.270	(10.820)	(3.550)
Resultado do exercício	-	-	(12.159)	(12.159)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.214	-	4.214
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	10.484	(22.979)	(11.495)
Resultado do exercício	-	-	(4.504)	(4.504)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.392	-	4.392
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.000	14.876	(27.483)	(11.607)

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

Viva o Vale Concessionária SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(4.504)	(12.159)
Ajustes por:		
Depreciações/amortizações	818	765
Constituição/(reversão) de provisões contábeis	291	647
Juros transcorrer - direito de uso	6	15
Provisão de juros e multa sobre impostos em aberto	46	-
Provisão de juros e multa sobre impostos parcelados	90	-
Resultado após ajustes	(3.253)	(10.732)
Aumentos/(diminuições) nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
(Aumentos)/Reduções de contas a receber	(145)	94
(Aumentos)/Reduções de adiantamento de fornecedor	(6)	142
(Aumentos)/Reduções de créditos fiscais	256	(603)
(Aumentos)/Reduções de outros ativos	(36)	(73)
Passivos		
Aumentos/(Reduções) de fornecedores	304	5.218
Aumentos/(Reduções) de adiantamentos de clientes	(2.322)	2.540
Aumentos/(Reduções) de obrigações sociais e trabalhistas	42	31
Aumentos/(Reduções) de obrigações fiscais e outros	496	32
Aumentos/(Reduções) de outros passivos	1.112	(172)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(3.552)	(3.523)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de investimentos		
Contratos de mútuo	(1.605)	84
(Aumentos)/Reduções de imobilizado	36	(357)
(Aumentos)/Reduções de Intangível	69	(79)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de investimentos	(1.500)	(352)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contratos de mútuo	(200)	686
Pagamentos dos arrendamentos	(84)	(84)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	4.392	4.214
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.108	4.816
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(944)	941
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	944	3
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	944
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(944)	941

As notas explicativas da Administração são parte integrante às demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Viva o Vale Concessionária SPE S.A. (“Sociedade” ou “Concessionária” ou “Viva o Vale”), foi constituída em 02 de julho de 2021, sendo sua sede social estabelecida na Rua Libero Badaró, 377, 8º andar, sala 8, Centro em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por objeto social única e exclusivamente o propósito específico o exercício dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, firmado com o Município de São Paulo, decorrente da Concorrência Pública nº 007/SGM/2020. O prazo de duração da Sociedade está vinculado ao prazo do Contrato de Concessão ou a completa satisfação dos direitos e obrigações dele decorrentes, com vigência de 10 anos prevista para 31 de dezembro de 2031.

O Contrato de Concessão tem como objeto a concessão onerosa para requalificação, ativação sociocultural, zeladoria e exploração comercial de áreas situadas no Vale do Anhangabaú, as atividades operacionais tiveram início no dia 06 de dezembro de 2021.

Na execução do contrato de concessão a Sociedade poderá, dentre outras atividades, realizar:

- a) Aluguel de imóveis próprios;
- b) Serviços de organização de feiras, congressos exposições e festas;
- c) Casas de festas e eventos;
- d) Gestão de espaços para artes cênicas espetáculos e outras atividades artísticas;
- e) Produção e promoção de eventos esportivos;
- f) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;
- g) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliários.

i) Plano de negócios

A vigência do contrato do Novo Anhangabaú iniciou-se em dezembro de 2021 (pós fase de transição), e o ano de 2022 marcou o primeiro ano de operação do Viva o Vale. Desde então, a Sociedade assumiu as entregas de atividades de interesse coletivo e todo o serviço de limpeza, conservação, zeladoria e segurança da área de concessão.

Do ponto de vista financeiro com os aprendizados do último ano de operação, em 2024 houve grande esforço para a redução dos custos, houve também expressivo aumento nas receitas com eventos, porém ainda com desafios nas outras linhas geradoras de receita.

Dentre os fatores que vem contribuindo para essa baixa performance, também em 2023, destacamos: a postergação da inauguração das fontes de água (reduzindo a atividade comercial do local) que era para acontecer em 2022, inauguradas em março de 2023; deficiências na infraestrutura local e de quiosques, com necessidades de adequações para torná-los comercializáveis; as instalações dos LEDs para exposição de marcas e patrocínios que ocorreu parcialmente, com a segunda fase em aprovação pela ENEL. Estes são os principais fatores que levaram a sociedade apresentar um patrimônio negativo no exercício de 2023, no entanto, diversas ações estão sendo tomadas para reversão do resultado, e algumas já surtiram efeito, como a instalação parcial dos LEDs, que resultou em duas grandes negociações de patrocínios com clientes como Heineken e Claro, e ainda, está em andamento um processo de aprimoramento no funcionamento das fontes com foco na redução de custos com energia e água.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade encontra-se com o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 7.905 (R\$ 7.539 em 2023) e patrimônio líquido negativo de R\$ 11.607 (R\$ 11.495 em 2023), bem como, apresentou prejuízo no exercício de R\$ 4.504 (R\$ 12.159 em 2023). Havendo a necessidade de capital de giro adicional, os acionistas realizarão aportes de capital para que a Sociedade honre com suas obrigações de curto prazo. Importante destacar que o saldo de mútuo registrado no passivo não circulante de R\$ 9.613 é com o sócio controlador e existem aportes registrados na rubrica de “aporte para futuro aumento de capital” no valor de R\$ 14.876.

Procedimento reequilíbrio econômico-financeiro

Em 06 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou pleito de revisão extraordinária do Contrato de Concessão nº 18/SUB-SÉ/2021, com fundamento em sua Cláusula 29ª, tendo como objetivo a recomposição extraordinária do reequilíbrio econômico-financeiro da contratação, em razão de impactos causados por 04 (quatro) eventos: **(i)** inoperância de fontes luminosas; **(ii)** desconformidades diversas na infraestrutura do Vale do Anhangabaú; **(iii)** evento da Municipalidade – Virada Cultural – causador de prejuízos materiais e imateriais; e **(iv)** eventos políticos imprevisíveis.

Em 01 de dezembro de 2023, foi apresentado complemento ao pleito, acostando-se estudo realizado pela empresa Tendências Consultoria.

Apenas em 28 de junho de 2024 houve primeira movimentação relacionada ao pleito, oportunidade em que o Poder Concedente direcionou ao conhecimento da Companhia, parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal das Subprefeituras, contestado pela Concessionária em 17 de julho de 2024. Neste momento, aguarda-se movimentação do procedimento por parte do Poder Concedente, com provável encaminhamento à SP Parcerias e demais órgãos competentes.

Outorga de Valorização

Em 30 de setembro de 2024, foi protocolado pela Companhia o pedido de instauração de Procedimento de Solução de Conflitos, nos termos da Cláusula 38ª do Contrato de Concessão nº 18/SUB-SÉ/2021, de forma a endereçar divergência de entendimento relativa ao valor a ser cobrado pelo Poder Concedente a título de “Adicional de Valorização”, tal como previsto no Contrato.

A cobrança em questão, de acordo com o Contrato firmado, leva em consideração o faturamento da Concessionária e a taxa de ocupação das Galerias que integram à Área de Concessão, todavia, em razão das diversas desconformidades de infraestrutura destas áreas – objeto também do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro – inviável a plena ocupação das Galerias, não podendo a Concessionária ser penalizada com a aplicação do percentual sugerido se, em razão de questões atribuíveis ao próprio Poder Concedente, não lhe foram dadas condições para enquadramento no menor percentual.

Não há recentes movimentações no Procedimento de Solução de Conflitos que deverá ter seu trâmite ao longo dos próximos meses.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Sociedade.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 31 de março de 2025, considerando, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros quando estão mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em milhares de reais (R\$) foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante foram aplicadas de maneira consistente nas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

a.2) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realizou uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considerou os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- **Ativos financeiros** – Mensuração subsequente e ganhos e perdas;
- **Ativos financeiros a VJR** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado;
- **Ativos financeiros a custo amortizado** – Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o “*impairment*” são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado; e
- **Passivos financeiros** – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Resultado

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas e custos são apresentados, de acordo com o objeto social da Sociedade, seguindo o regime da competência.

As receitas registradas pela sociedade estão atreladas a cessão de uso de espaço, serviços de apoio em eventos, licença de uso de marca, direito de exclusividade e outros.

Cessão de uso de espaço, licença de uso de marca e direito de exclusividade: as receitas são reconhecidas conforme exploração do espaço na data contratada e utilizada pelo cliente.

Serviços de apoio ao evento: as receitas são reconhecidas mediante a contratação do serviço.

c) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variação monetária ativa e juros recebidos. As despesas abrangem despesas e provisões de juros passivos e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

e) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui todos os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As taxas utilizadas para a depreciação dos ativos são:

Descrição	Taxa de depreciação anual
Instalações	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, o concessionário deve reconhecer o ativo intangível pelo custo, ou seja, o valor justo da contraprestação transferida para adquirir o ativo.

A Sociedade reconhece o efeito de amortização do ativo intangível decorrente do contrato de concessão limitado ao prazo de 10 anos.

h) Pronunciamentos novos ou revisados

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2024:

- **Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, destacamos as alterações a seguir:**

Alterações à IAS 7 / CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/ IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

Alteração à CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine “pagamentos de arrendamento” ou “pagamentos de arrendamento revisados” de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.

- **Sem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:**

Alterações à IAS 21 / CPC 02 – Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências no CPC 26(R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da CPC 26(R1) foram movidos para a CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Aplicações financeiras (i)	-	943
Saldo	-	944

(i) A taxa praticada sem penalidade foi de 100% do CDI.

5. Contas a receber

Os saldos estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Cessão de uso de espaço	175	63
Serviços de apoio	45	15
Locações comerciais	70	67
Total	290	145

Em 31 de dezembro de 2024, a sociedade possui um montante de R\$ 124 a receber da WTLive Entretenimento e Participações Ltda. (empresa do grupo WTorre Entretenimento), o saldo será liquidado no 1º trimestre de 2025.

6. Créditos fiscais

Os saldos estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Crédito PIS e Cofins a compensar	1.064	1.325
Outros créditos fiscais	35	30
Total	1.099	1.355

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contratos de mútuos

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão relacionados nos itens a seguir:

Ativo	Vencimento	2024	2023
WT Participações Ltda.	2028	1.605	-
Total		1.605	-

Passivo	Vencimento	2024	2023
WTorre Entretenimento Participações Ltda.	2028	9.613	9.613
Real Arenas Empreendimento S.A	2028	-	200
Total		9.613	9.813

Os contratos de mútuos não incidiram encargos financeiros e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2028.

Os administradores da Sociedade são remunerados pela empresa Real Arenas Empreendimentos S.A.

8. Imobilizado e intangível

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

a) Imobilizado

Descrição	2024				2023		
	Taxas anuais %	Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10	165	(37)	128	145	(20)	125
Equipamentos de informática	20	92	(43)	49	92	(24)	68
Máquinas e equipamentos	10	43	(7)	36	41	(3)	38
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	333	(60)	273	405	(43)	363
Total		633	(147)	486	683	(90)	593

Movimentação do imobilizado

Descrição	Taxas anuais %	Imobilizado líquido em				Imobilizado líquido em
		31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	
Móveis e utensílios	10	125	20	-	(17)	128
Equipamentos de informática	20	68	-	-	(19)	49
Máquinas e equipamentos	10	37	2	-	(3)	36
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	363	89	(147)	(32)	273
Total		593	111	(147)	(71)	486

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado	Taxas anuais %	Imobilizado líquido em			Imobilizado líquido em 31/12/2023
		31/12/2022	Adições	Depreciação	
Móveis e utensílios	10		83	(6)	125
Equipamentos de informática	20	40	47	(7)	68
Máquinas e equipamentos	10	20	13	(0)	37
Benfeitorias em propriedades de terceiros (i)	10	204	214	(10)	363
Total		348	357	(24)	593

(i) O montante registrado refere-se às benfeitorias realizadas em propriedade de terceiros, relacionadas à concessão de espaço localizada no Vale do Anhangabaú-SP, com o objetivo de modernizar, reformar e adequar o espaço para exploração do espaço através de realização de eventos.

b) Intangível

Descrição	2024				2023		
	Taxas anuais %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível (i)	10	6.745	(2.068)	4.677	6.795	(1.392)	5.403
Marcas e patentes	-	-	-	-	19	-	19
Direito de uso (ii)	-	213	(201)	12	213	(130)	83
Total		6.958	(2.269)	4.689	7.026	(1.521)	5.505

(i) A amortização do ativo intangível oriundo do direito de concessão é reconhecida no resultado pelo prazo de concessão de 10 anos, a partir da data que o ativo se encontra disponíveis para uso, considerando que as atividades da concessionária tiveram início no dia 06 de dezembro de 2021. O item citado está associado ao contrato de concessão firmado com o Município de São Paulo, decorrente da Concorrência Pública nº 007/SGM/2020, que tem como objeto a concessão onerosa para requalificação, ativação sociocultural, zeladoria e exploração comercial de áreas situadas no Vale do Anhangabaú;

(ii) Em 01 de janeiro de 2022, a Sociedade efetivou o registro contábil de direito de uso do ativo no ativo não circulante e passivo de arrendamento, os quais referem-se aos contratos de aluguel do escritório administrativo, identificável, e na qual exercemos controle. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total foi atualizado em acordo as prorrogações de contrato celebradas no período. O registro inicial do direito de uso e do passivo não produziram efeitos na demonstração dos fluxos de caixa da Sociedade.

Descrição	2024			
	Saldo inicial em 31/12/2023	Baixas	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Outorga	5.403	(50)	(676)	4.677
Marcas e patentes	19	(19)	-	-
Direito de uso	83	-	(71)	12
Total	5.505	(69)	(747)	4.689

Descrição	2023			
	Saldo inicial em 31/12/2022	Adição	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Outorga	6.006	67	(670)	5.403
Marcas e patentes	7	12	-	19
Direito uso	154	-	(71)	83
Total	6.167	79	(741)	5.505

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Duplicatas a pagar	6.188	5.884
Juros a pagar sobre fornecedores em aberto	183	282
Total	6.371	6.166
Circulante	6.158	6.166
Não circulante	213	-
Fluxo de pagamento do contas a pagar		
Vencidos		
Até 30 dias	269	1.026
De 31 dias até 180 dias	5.127	3.226
De 181 dias até 360 dias	195	657
De acima de 360 dias	523	457
A vencer		
Até 30 dias	257	800
Total	6.371	6.166

10. Obrigações trabalhistas e sociais

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2024	2023
Férias e encargos	135	124
INSS a recolher	60	32
IRF funcionários	23	20
Outros	34	35
Total	252	210

11. Obrigações fiscais e impostos parcelados

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2024	2023
Impostos sobre vendas	85	71
Impostos retidos de terceiros	361	215
Impostos parcelados	472	-
Total	918	286
Circulante	551	286
Não circulante	367	-

a) Impostos parcelados

Em 29 de julho de 2024, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme os dispositivos estabelecidos pela Lei nº 13.988/2020 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.991/2020, de 29 de setembro de 2020. Os débitos incluídos no referido Parcelamento referem-se ao Imposto de Renda (IR), INSS sobre a Folha de Pagamento, IRRF, INSS e PCC retidos de terceiros, abrangendo as competências de março de 2024, abril de 2024, maio de 2024 e junho de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor total atualizado dos débitos parcelados foi de R\$ 501.000,00 (quinhentos e um mil reais), com a liquidação prevista para ser realizada em 60 parcelas. Até a data de 31 de maio de 2024, foram quitadas seis parcelas, totalizando R\$ 50.168,28 (cinquenta mil, cento e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos).

b) Movimentação impostos parcelados

Impostos parcelados curto prazo	Saldo em 12/2023	Adições	Amortização pagamentos	Apropriação juros	Pagamento juros	Transferência CP/LP	Saldo em 12/2024
Parcelamento Simplificado RFB 07.2024 0015 - 60 meses	-	100	(50)	21	(1)	35	105
Total	-	100	(50)	21	(1)	35	105

Impostos parcelados longo prazo	Saldo em 12/2023	Adições	Amortização pagamentos	Apropriação juros	Pagamento juros	Transferência CP/LP	Saldo em 12/2024
Parcelamento Simplificado RFB 07.2024 0015 - 60 meses	-	401	-	-	-	(35)	367
Total	-	401	-	-	-	(35)	367

Total geral	-	502	(50)	21	(1)	-	472
--------------------	---	------------	-------------	-----------	------------	---	------------

12. Adiantamentos de clientes

Os saldos estão representados conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos de clientes	715	3.037
Total	715	3.037

O montante está atrelado aos contratos de cessão de uso de espaço e direito de exclusividade, sendo os principais valores referente aos contratos fechados em 2023 com a Heineken pelo período 36 meses e com a Ingresso pelo período de 24 meses.

13. Arrendamentos

Os saldos de arrendamentos a pagar estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Saldo inicial	99	167
Juros	6	16
Pagamentos	(84)	(84)
Saldo final	21	99
Circulante	21	78
Não circulante	-	21

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

Análise de vencimentos	31/12/2024
Menos que 01 ano	21
Saldo final	21

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento são mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento previstos no contrato. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa implícita do contrato. Caso esta taxa não possa ser determinada é considerado o juro incremental de empréstimo da Sociedade, equivalente à taxa que a Sociedade pagaria ao tomar algum empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares.

O montante do direito de uso atrelado ao arrendamento está devidamente registrado no Ativo, sendo evidenciado na Nota Explicativa nº 8 – “Imobilizado e Intangível”.

14. Outros passivos

Os saldos de outros passivos a pagar estão representados conforme quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Contas a pagar - outorga (i)	1.435	169
Outros passivos	443	283
Total	522	452
Circulante	1.742	307
Não circulante	136	145

(i) O principal saldo está relacionado a obrigação contratual que a concessionária Viva o Vale tem que pagar ao poder concedente Prefeitura SP a título de uso da área de concessão, que está relacionado ao contrato de mecanismo de pagamento de Outorga, o montante R\$ 113 (R\$ 69 – 2023) se refere à outorga variável, o montante de R\$ 510 refere-se à outorga sobre veiculação de mídia e o montante de R\$ 511 se refere ao adicional de valorização.

15. Provisão para demandas judiciais

A Sociedade possui contingência fiscal registrada no montante de R\$ 153 (R\$ 75 de 2023), classificadas como contingência provável, esta contingência não possui demanda judicial, sendo oriunda de transações com incidência de IOF (partes relacionadas).

Descrição	2024	2023
Contingência tributária	153	75
Total	153	75

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Sociedade foi constituída em 02 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social está representado pelo montante de R\$ 1.000 dividido em 1.000.000 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional:

Sócios	Participação	Quantidade de quotas - 2024
WTorre Entretenimento Participações Ltda.	70%	700.000
Urbancom Consultoria e Participações Ltda.	22,5%	225.000
B International Real Estate Ltda.	6%	60.000
Nacional Shopping Planejamento Ltda.	1,5%	15.000
Total	100%	1.000.000

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Adiantamento futuro aumento de capital

A Sociedade recebeu aportes da sócia Wtorre Entretenimento Participações Ltda., o montante acumulado até o exercício 2024 está representado pelo valor de R\$ 14.876 (quatorze milhões e oitocentos e setenta e seis mil), para fins de comparação o montante até o exercício 2023 era de R\$ 10.484 (dez milhões e quatrocentos e oitenta e quatro mil). O montante será integralizado na próxima alteração contrato social que o registro em Jucesp está previsto para o 1º semestre 2025.

17. Receitas

As receitas estão representadas por:

Descrição	2024	2023
Cessão de uso de espaço	5.960	5.832
Direito de exclusividade (i)	3.891	597
Parceria comercial	625	256
Serviços de apoio em eventos e outros	1.904	1.022
Receita bruta	12.380	7.707
Impostos sobre receita	(1.219)	(761)
Receita líquida	11.161	6.946

(i) A principal variação está relacionada a receita de direito de exclusividade, sendo contrato da Heineken com vigência de 36 meses no montante reconhecido de R\$ 2.020 (R\$ 597 - 2023) e o contrato com a Claro com vigência de 12 meses no montante reconhecido de R\$ 1.871.

18. Custos

Os custos estão representados por:

Descrição	2024	2023
Serviços de terceiros	(6.763)	(8.758)
Locações de máquinas e equipamentos	(279)	(1.460)
Serviços de produção e apresentação artística	(1.030)	(1.700)
Depreciação e amortização	(818)	(765)
Custos com pessoal	(934)	(1.224)
Energia elétrica, água e contas de consumo	(1.273)	(1.462)
Outorga (i)	(1.272)	-
Outros	(20)	(132)
Total	(12.389)	(15.501)

No exercício de 2024, tivemos reduções de cerca de 28% dos custos com operação, isso decorrente do trabalho de redução de custo conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.i).

(i) provisão de outorga conforme mencionado na nota explicativa 14.

19. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão representadas por:

Descrição	2024	2023
Gastos com pessoal	(501)	(265)
Serviços de terceiros	(598)	(875)
Outros tributos e taxas	(36)	(116)
Outros	(81)	(70)
Total	(1.216)	(1.326)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas comerciais

As despesas comerciais estão representadas por:

Descrição	2024	2023
Gastos com pessoal	(565)	(691)
Propaganda e publicidade	(442)	(458)
Outros	(643)	(413)
Total	(1.650)	(1.562)

21. Gerenciamento de riscos

a) Gerenciamento de risco financeiro

A administração da Sociedade adota uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

i) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, e custos de construção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas, a Sociedade possui operações em Real (R\$) indexada à Taxa de Juros – Selic.

ii) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com suas contrapartes nos negócios realizados, que as levem a não honrar os compromissos assumidos com a Sociedade. A fim de mitigar este tipo de risco a Sociedade realiza operações preponderantemente com: **(i)** Sociedades de grande porte.

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Sociedade, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração, que desenvolve padrões para administrar os riscos.

22. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Sociedade não possui operações com instrumentos financeiros, não refletidas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, assim como não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial reflete, conforme avaliação da administração, a melhor estimativa de valor de mercado pois cada instrumento contém variáveis de juros, riscos de mercado e de crédito, que na inexistência de um mercado ativo, não permitem que estes valores sejam recompostos com premissas diferentes daquelas em que as operações foram originalmente pactuadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Categoria dos instrumentos financeiros

Segue adiante o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referente a 31 de dezembro de 2024.

Descrição	2024		Total
	Ativos financeiros	Passivos financeiros	
Ativos			
Custo amortizado			
Contas a receber	290	-	290
Créditos fiscais	1.099	-	1.099
Outros ativos	134	-	134
Contratos de mútuos	1.605	-	1.605
Total do ativo	3.128	-	3.128
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	6.371	6.371
Obrigações sociais e trabalhistas	-	252	252
Obrigações fiscais	-	915	915
Contratos de mútuos	-	9.613	9.613
Outros passivos	-	1.790	1.790
Total do passivo	-	18.941	18.941

23. Seguros (não auditado)

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Modalidade	Apólice	Vigência	Importância segurada
			Em reais (R\$)
Responsabilidade civil	5100003717	2023/2024	73.392,35
Risco operacional	1800951166	2023/2024	10.940,11
Seguro garantia	7500023949	2023/2024	48.098,32
Responsabilidade civil	5100004344	2024/2025	87.622,04
Seguro garantia	7500026827	2024/2025	82.305,91

24. Eventos subsequentes**a) Obrigações fiscais e impostos parcelados**

Em 30 de janeiro de 2025 a Empresa aderiu ao parcelamento simplificado dos impostos em aberto (IR e INSS sobre folha de pagamento, IR, PCC e INSS retido de terceiros) o montante consolidado da dívida considerando juros e multa é de R\$ 454.

Renato Muscari Lobo

Diretor Presidente

Marcelo Santos Frazão

Diretor

Carolina Teixeira de Freitas

Contadora

CRC 1SP257.066/O-1